

DAYCOVAL LEASING – SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

RESULTADOS
2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da Daycoval Leasing - Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A. ("Daycoval SAM"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Destaques Financeiros

A Daycoval SAM apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 prejuízo de R\$ 345,7 milhões (lucro líquido de R\$ 0,5 milhão em dezembro de 2024). A carteira de arrendamento mercantil encerrou 31 de dezembro de 2025 em R\$ 3,1 bilhões. As captações de recursos são realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. e montam R\$ 3,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025.
A administração ressalta que as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Esse pressuposto considera que a Daycoval SAM continuará em operação no futuro previsível, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal de suas atividades e opera em sua plena capacidade operacional, em linha com o plano de negócio estabelecido pela administração.

Governança Corporativa

A Daycoval SAM adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. A Daycoval SAM busca constantemente aprimorar seu modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi contratada para a prestação de outros serviços a Daycoval SAM que não sejam os de auditoria independente.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria da Daycoval SAM declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Agradecimentos

A Administração da Daycoval SAM agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

A Administração



DAYCOVAL LEASING – SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

RESULTADOS 2025

Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO			PASSIVO		
	Referência			Referência	
	nota explicativa	31/12/2025		nota explicativa	31/12/2025
Disponibilidades	4	744	Instrumentos financeiros		3.149.869
Instrumentos financeiros		3.566.514	Depósitos	10	3.149.869
Títulos e valores mobiliários	5	483.765	Provisões e outras obrigações com Instrumentos financeiros		345
Derivativos	6.a)	25.339	Obrigações fiscais correntes e diferidas	12.b)	401.752
Carteira de crédito	7	3.057.410	Outras obrigações		17.294
Operações de arrendamento mercantil financeiro		3.057.165	Diversas	11	17.294
Operações de arrendamento mercantil operacional		67.962	Patrimônio líquido		54.722
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional		(67.717)	Capital social	13.a)	400.000
Provisão de perda esperada associada ao risco de crédito		(47.099)	Lucros (prejuízos) acumulados		(345.278)
Operações de arrendamento mercantil		(47.099)			
Ativos fiscais correntes e diferidos	12.b)	21.424			
Outros créditos	8	17.363			
Diversos		17.363			
Outros valores e bens		12			
Ativos não financeiros mantidos para venda		12			
Imobilizado de arrendamento operacional	9	65.024			
Bens arrendados		159.536			
(-) Depreciações acumuladas		(94.512)			
TOTAL DO ATIVO		3.623.982	TOTAL DO PASSIVO		3.623.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
	nota explicativa			Legal	Estatutárias		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		50.000	-	25	355	-	50.380
Aumento de capital	13.b	350.000	-	-	-	-	350.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(345.658)	(345.658)
Destinações:							
Reserva legal	13.c	-	-	(25)	-	25	-
Reserva estatutária	13.c	-	-	-	(355)	355	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		400.000	-	-	-	(345.278)	54.722
Saldo em 30 de junho de 2025		50.000	-	68	355	812	51.235
Aumento de capital		350.000	-	-	-	-	350.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(346.513)	(346.513)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	(68)	-	68	-
Reserva estatutária		-	-	-	(355)	355	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		400.000	-	-	-	(345.278)	54.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL	Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
A Daycoval Leasing - Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A. ("Daycoval SAM"), com sede na Avenida Paulista, 1.842, na cidade e estado de São Paulo, controlada pelo Banco Daycoval S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, que está organizada sob a forma de Sociedade de Arrendamento Mercantil, autorizada a operar arrendamento mercantil de bens móveis ou imóveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de operações de arrendamento. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, que atuam integralmente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhe forem atribuídos. A Daycoval SAM foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 26 de setembro de 2024, sobre a denominação Daycoval Leasing - Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A., com integralização do capital social em 31 de outubro de 2024.	CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro CPC 24 - Evento Subsequente CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados CPC 41 - Resultado por Ação CPC 46 - Mensuração do Valor Justo CPC 47 - Receita de contrato com cliente	4.924/21 4.924/21 4.818/20 4.818/20 4.975/21 3.989/11 4.924/21 4.818/20 3.823/09 4.877/20 4.818/20 4.924/21 4.924/21
2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	c) Normas emitidas com vigência no período corrente: i. Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores: Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso. Disposições da Resolução CMN nº 4.966/21 que tiveram a vigência prorrogada: Reestruturação - No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada, porém a resolução faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais das operações reestruturadas até 31 de dezembro de 2026. A Daycoval SAM optou pela faculdade normativa e apresenta as operações reestruturadas de acordo com as condições repactuadas. Hedge Accounting: Os dispositivos da norma buscam uma aproximação entre o registro contábil do hedge e a forma com que as instituições financeiras estruturam seu gerenciamento de riscos. A partir de 1º de janeiro de 2027 as operações de hedge accounting devem ser reclassificadas para as novas categorias conforme descrito abaixo: • Hedge de valor justo; • Hedge de fluxo de caixa; e • Hedge de investimento líquido no exterior. Não foram identificados impactos da adoção inicial das referidas normas que impactariam o patrimônio da Daycoval SAM. ii. A Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores: Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não foram identificados impactos na adoção inicial da referida resolução.	
	3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS As principais práticas contábeis adotadas pela Daycoval SAM na preparação de suas Demonstrações Contábeis são: a) Moeda funcional e de apresentação: As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Daycoval SAM. b) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4. d) Instrumentos financeiros: Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Daycoval SAM se torna parte interessada na relação contratual do instrumento. i. Classificação de ativos financeiros: Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/21, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Daycoval SAM passou a classificar seus	

Demonstrações do resultado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	2º Semestre 2025	31/12/2025
		211.962	215.201
Receitas da Intermediação Financeira			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	14.a)	22.018	25.257
Arrendamento mercantil financeiro	14.b)	160.839	160.839
Arrendamento mercantil operacional	14.b)	3.766	3.766
Instrumentos financeiros derivativos	14.c)	25.339	25.339
Despesas da Intermediação Financeira		(183.325)	(183.325)
Operações de captação no mercado	14.d)	(135.881)	(135.881)
(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	7.h)	(47.444)	(47.444)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		28.637	31.876
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(15.546)	(17.308)
Receitas de prestação de serviços		115	115
Despesas de pessoal	14.e)	(3.419)	(4.706)
Outras despesas administrativas	14.f)	(406)	(672)
Despesas tributárias	12.a).ii	(11.875)	(12.083)
Outras receitas operacionais	14.g)	39	38
Resultado Operacional		13.091	14.568
Resultado não Operacional	14.h)	18.391	18.391
Receitas		18.392	18.392
Despesas	(1)	(1)	(1)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		31.482	32.959
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.a.i)	(378.066)	(378.617)
Provisão para imposto de renda		357	-
Provisão para contribuição social		222	-
Passivo Fiscal Diferido		(378.645)	(378.617)
Participações no Resultado		71	-
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		(346.513)	(345.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
Lucro Líquido	(346.513)	(345.658)
Outros resultados abrangentes	-	-
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	(346.513)	(345.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	(346.513)	(345.658)
Ajustes ao lucro líquido do semestre/exercício		
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	15.548	15.548
Provisão (reversão) para desvalorizações de imobilizado de arrendamento operacional	200	200
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.444	47.444
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	378.645	378.617
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(579)	-
Total dos Ajustes de Reconciliação	441.258	441.809
Lucro Líquido Ajustado do Semestre/Exercício	94.745	96.151
Variação de Ativos e Passivos	(363.294)	(364.820)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(431.526)	(433.002)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	(25.339)	(25.339)
(Aumento) redução em arrendamento mercantil	(3.057.756)	(3.057.756)
(Aumento) redução em outros créditos	(65.688)	(65.408)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(12)	(12)
Aumento (redução) em outras obrigações	68.650	68.801
Aumento em operações de depósitos	3.149.869	3.149.869
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.492)	(1.973)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais	(268.549)	(268.669)
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado de arrendamento operacional	(80.772)	(80.772)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(80.772)	(80.772)
Atividades de Financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	118
Integralização de capital social	350.000	350.000
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento	350.000	350.118
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	679	677
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	65	67
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	744	744
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	679	677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ativos financeiros nas seguintes categorias: **•** Custo amortizado; **•** Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e **•** Valor justo por meio do resultado. **Modelo de negócio:** A classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros é definida com base no modelo de negócios da Administração para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o objetivo de: **•** obter fluxos de caixa contratuais; **•** obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou **•** venda. Para que um ativo financeiro seja caracterizado como aquele que gera somente pagamento de principal e juros contratuais, seus fluxos de caixa devem incluir apenas a remuneração do dinheiro no tempo e o risco de crédito de contraparte. Caso as condições contratuais conduzam o ativo financeiro a uma exposição a riscos diversos ou imprevisibilidade na determinação dos fluxos de caixa, tais como alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado. Os contratos com características híbridas devem ser avaliados como um todo, ou seja, todas as características contratuais devem ser consideradas e, se estes contratos possuírem instrumento financeiro derivativo embutido, sua contabilização é efetuada considerando a mensuração ao valor justo por meio do resultado de todo o instrumento financeiro. **ii. Alteração dos modelos de negócio:** A reclassificação de ativos financeiros é exigida se, e somente se, o objetivo do modelo de negócios da entidade para o gerenciamento desses ativos mudar. Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros serão reclassificados, de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração de resultado contábil. **iii. Mensuração de ativos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo,



DAYCOVAL LEASING – SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

2025

RESULTADOS

Notas explicativas às demonstrações contábeis Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos. **Custo amortizado:** O valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, aplicando a metodologia de taxa efetiva de juros, deduzida eventual provisão para perda de crédito esperada. **Taxa efetiva de juros:** Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de originação atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato. Conforme disposições normativas a Daycoval SAM optou por utilizar a metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado. Essa metodologia consiste em apropriar, de forma individual, as receitas *pro rata temporis*, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual e a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação de forma proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. A norma faculta o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais. **Valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O detalhamento e a hierarquia de valor justo, dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão detalhados na Nota 16. **iv. Operações de crédito, de arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual. A Daycoval SAM avalia as perdas esperadas com base em análises prospectivas de cenários macroeconômicos que são reavaliados com periodicidade mínima anual ou quando condições de mercado exijam novas avaliações, a Daycoval SAM avalia a perda de crédito esperada associada aos seguintes ativos financeiros e suas respectivas categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) créditos a liberar, representados por limites não utilizados pelos tomadores de crédito, incluindo limites de cartões de crédito; e (iii) contratos de garantias financeiras prestadas (avais e fianças). Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma: **•** Ativos financeiros: mensurada com base no valor contábil dos ativos financeiros; Dependendo do estágio em que a operação se encontra, a perda esperada pode ser projetada para os próximos 12 meses ou para toda a vida útil do contrato (Lifetime). A seguir, as características de cada estágio: **•** Estágio 1: contém todos os ativos financeiros que não sofreram deterioração significativa da sua capacidade creditícia desde o reconhecimento inicial; **•** Estágio 2: contém todos os ativos financeiros que sofreram deterioração significativa da sua capacidade creditícia desde o reconhecimento inicial; e **•** Estágio 3: contém todos os ativos financeiros que são classificados como não performados, ou em default. Para contratos de TVM classificados como Valor Justo no Resultado (VJR) e que estão em dia, a mensuração a valor justo já incorpora o risco de crédito, portanto a variação no valor justo desses ativos reflete as flutuações de mercado e o risco de crédito, conforme a regulamentação vigente. Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias, são classificadas como ativos problemáticos. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas. O detalhamento da carteira de crédito e respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, está apresentado na Nota 6. **v. Baixa de instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito:** Um ativo financeiro é baixado contra a provisão para perdas esperadas após os procedimentos necessários serem realizados e não termos mais expectativa de recuperação. **vi. Baixa de instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito:** Considera-se renegociação o acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. A Daycoval SAM reavalia este instrumento para que represente o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas. Considera-se reestruturação a renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. A operação objeto de reestruturação deve ser inicialmente classificada no Estágio 3. Conforme facultado pela Resolução CMN nº 4.966/21, até 31 de dezembro de 2026, a Daycoval SAM utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. **vii. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu custo amortizado, exceto aqueles objetos de hedge de risco de mercado que são avaliados por seu valor justo por meio do resultado. **viii. Baixa de ativos financeiros:** Um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes é baixado quando: **•** O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou **•** A Daycoval SAM transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, a um terceiro por força de um contrato em que: (i) houve a transferência substancialmente de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) não houve a transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha sido transferido o controle sobre o ativo. Quando a Daycoval SAM transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, este ativo é reconhecido na medida do envolvimento contínuo da Daycoval SAM. Nesse caso, a Daycoval SAM também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados para refletir os direitos e obrigações retidas pela Daycoval SAM. O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contabilizado do ativo e o valor máximo de compensação que a Daycoval SAM possa ser requerido a pagar. **ix. Baixa de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. **x. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos):** Os derivativos são classificados na categoria mensurados ao valor justo em resultado e são mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são incluídas em “Resultado com Instrumentos financeiros derivativos”. **e) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional:** É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. **f) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (impairment):** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. **g) Tributos:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos fiscais correntes e diferidos” (Nota 12), e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, dentre outros, são registrados na rubrica “Obrigações fiscais correntes e diferidas”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada a alíquota de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, são atendidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 12.b. A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 12.e. **h) Ativos não financeiros mantidos para venda:** Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como: i. Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou ii. Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio. **i) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma: i. Provisões: São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. A Daycoval SAM, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento. ii. Ativos contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. iii. Passivos contingentes: São reconhecidas nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. iv. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e

atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda. **j) Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20. O lucro por ação está apresentado na Nota 13.c. **k) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: i. As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento; ii. Amortizações de ativos diferidos; iii. Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; iv. Avaliação de instrumentos financeiros; v. Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **l) Resultado não recorrente:** São classificados como “Resultado não recorrente” aqueles que são: i. Oriundos de operações/transações realizadas pela Daycoval SAM que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; ii. Relacionados, indiretamente, às atividades típicas da Daycoval SAM; e iii. Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 13.j. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/2025
Disponibilidades	744

5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo

	2025		
	Valor de curva	Ajuste a valor justo no resultado ⁽¹⁾	Valor contábil
Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	483.613	152	483.765
Total	483.613	152	483.765

⁽¹⁾ O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2025, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

b) Composição por prazo

	2025		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses ⁽¹⁾	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁾	-	483.765	483.765
Total	-	483.765	483.765

⁽¹⁾ Os títulos e valores mobiliários avaliados pelo seu “Valor Justo por Meio do Resultado”, estão sendo apresentados com prazo de realização de até 12 meses, independentemente do prazo de seus respectivos vencimentos.

6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: A Daycoval SAM participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional dos instrumentos financeiros derivativos. Os componentes de riscos de crédito e mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata. O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de hedge para as demais áreas. Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Daycoval SAM são: **•** Contratos de troca de indexadores (“Swaps”) - são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras (quando possuem mais de um fluxo de pagamento), o diferencial entre dois indicadores financeiros estipulados e distintos (taxas de juros, moeda estrangeira, índices de inflação, entre outros) sobre um valor de referência (“*Notional*”) de principal.

a) Composição dos montantes de diferenças, a receber e a pagar, registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de “Derivativos”

	31/12/2025							
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 3 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Ativo	8.061	17.278	25.339	384	3.741	14.496	6.420	298
Derivativos	8.061	17.278	25.339	384	3.741	14.496	6.420	298

Operações de swap - diferencial a receber

	31/12/2025
Ativo	25.339
Operações de swap - diferencial a receber	8.061
	17.278
	25.339
	384
	3.741
	14.496
	6.420
	298

b) Segregação por tipo de contrato e de contraparte ao valor justo:

	31/12/2025
Ativo	25.339
Instituições financeiras	25.339

c) Composição dos valores de referência (“*Notional*”) registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência:

	31/12/2025					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap	139.242	449.390	691.636	142.480	4.322	1.427.070
Ativo	139.242	449.390	691.636	142.480	4.322	1.427.070

Taxa pré-fixada x CDI

	31/12/2025
Ativo	139.242
449.390	691.636
142.480	4.322
1.427.070	

7 - CARTEIRA DE CRÉDITO AVALIADA AO CUSTO AMORTIZADO

a) Resumo da carteira de crédito

	31/12/2025
Composição da carteira de operações de crédito	3.115.365
Arrendamento mercantil ⁽¹⁾	3.115.365
Total da carteira de crédito (valor contábil bruto)	3.115.365
Provisão para perdas incorridas	(1.063)
Provisão para perdas esperadas	(46.381)
Total da carteira de crédito ampliada líquida de provisão	3.067.921

⁽¹⁾ A carteira de arrendamento mercantil está composta pelas operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional a valor presente.

Em setembro de 2025 foi realizada cessão de carteira de arrendamento mercantil entre as empresas Daycoval Leasing (cedente) e Daycoval SAM (cessionária), ambas integrantes do Conglomerado Daycoval, no montante de R\$3.014.910 sendo que a transação não gerou resultado para as entidades. O resultado apresentado na rubrica passivo fiscal diferido, é formado substancialmente pelo montante de R\$ 365.432, devido a constituição de passivo fiscal diferido na cessionária, referente a superveniência de depreciação das operações de arrendamento objeto da cessão.

b) Movimentação operações entre estágios: Apresentamos a seguir a movimentação dos instrumentos financeiros que integram a carteira de operações de crédito:

	31/12/2025					
	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do do Estágio 2	Mudança do do Estágio 3	Novas operações/ (liquidação) ^{(1) (2)}	Saldo final em
Estágio 1						
Arrendamento mercantil	(19.196)	(2.757)	427	523	2.978.208	2.957.205
Total	(19.196)	(2.757)	427	523	2.978.208	2.957.205

	31/12/2025					
	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 3	Mudança do do Estágio 1	Mudança do do Estágio 3	Novas operações/ (liquidação) ^{(1) (2)}	Saldo final em
Estágio 2						
Arrendamento mercantil	(427)	(34.900)	19.196	29.980	102.548	116.397
Total	(427)	(34.900)	19.196	29.980	102.548	116.397

	31/12/2025					
	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 2	Mudança do do Estágio 1	Mudança do do Estágio 2	Novas operações/ (liquidação) ^{(1) (2)}	Saldo final em
Estágio 3						
Arrendamento mercantil	(523)	(29.980)	2.757	34.900	38.620	45.774
Total	(523)	(29.980)	2.757	34.900	38.620	45.774

Movimentação total dos Estágios

	31/12/2025					
	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do do Estágio 2	Mudança do do Estágio 3	Novas operações/ (liquidação) ^{(1) (2)}	Saldo final em
Arrendamento mercantil	(19.196)	(2.757)	427	523	2.978.208	2.957.205
Total	(19.196)	(2.757)	427	523	2.978.208	2.957.205

ii. Movimentação das operações renegociadas

	31/12/2025
Saldo inicial ⁽¹⁾	318.083
Pagamentos / amortizações no período de operações renegociadas	(19.420)
Renegociação de operações	71.172
Saldo final	369.835

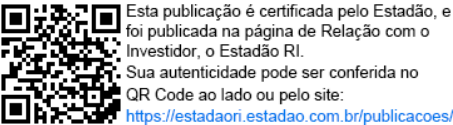
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Daycoval SAM não recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo.

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo de operações renegociadas advindo da cessão da carteira de arrendamento mercantil entre as empresas Daycoval Leasing (cedente) e Daycoval SAM (cessionária) no montante de R\$318.083, os detalhes da operação de cessão estão descritos na Nota 6.a.

h) Movimentação e composição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025
Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-
Ajustes de adoção inicial Resolução BCB nº 4.966/21	-
Saldo inicial ajustado	-
Créditos baixados como prejuízo	-
Constituição (reversão) da despesa com provisão	47.444
Perda Incorrida - Mínima requerida pela Res. BCB nº 352 ⁽¹⁾	1.063
Perda Esperada	46.381
Saldo final da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	47.444

⁽¹⁾ Refere-se à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução BCB nº 352, e alterações posteriores.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

